

Conexão Local Interuniversitário - 2014

**Projeto de Mini-fábricas de Beneficiamento
de Castanha de Caju:
O caso do Assentamento Che Guevara**

Alunos: Priscilla Corrêa dos Santos (FGV-EAESP) e Bruno Giorni (UFAC)

Supervisores: Tatiana Lemos Sandim (FGV-EAESP) e Anderson Peixoto Amparo (UFAC)

Introdução

Com o intuito de colocar alunos de graduação e pós-graduação em contato com experiências de sucesso e fomentar a pesquisa de campo, o Projeto Conexão Local – Modalidade Interuniversitária (CLIU) montou três equipes e as enviou para diferentes localidades no território brasileiro. O Projeto é executado pela EAESP-FGV/SP, em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Estadual do Vale do Acaraú, no Ceará e a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, com o apoio da CAPES. O principal objetivo é oferecer possibilidades para o aprendizado a partir da pesquisa de campo realizada em experiências inovadoras de gestão social e de desenvolvimento local. Neste ano, a imersão ocorreu entre os dias 29 de junho e 19 de julho de 2014, nos estados de Minas Gerais, Acre e Ceará. Este relatório apresenta a experiência estudada pelos alunos Bruno Giorni (graduando em Sistemas de Informação pela Ufac) e Priscilla Corrêa (graduanda em Administração Pública pela FGV- EAESP), sob a supervisão de Anderson Peixoto Amparo, mestrando em Desenvolvimento Regional pela Ufac e Tatiana Lemos Sandim, doutoranda em Administração Pública e Governo pela FGV.

A equipe conheceu e estudou o caso da Mini-fábrica de Beneficiamento da Castanha de Caju do Assentamento Che Guevara, localizado no município de Ocara - CE. Essa experiência é fruto do Projeto de Mini-fábricas de Beneficiamento da Castanha de Caju, formulado a partir da tecnologia desenvolvida pela Embrapa, e com o apoio financeiro da Fundação Banco do Brasil. O Projeto tem como principal objetivo promover a organização dos pequenos agricultores e transformá-los em “empreendedores do caju”, ou seja, produtores, beneficiadores e vendedores da castanha de caju com maior valor agregado a partir do seu beneficiamento, eliminando a exploração sofrida pelos agricultores ao vender a castanha *in natura* por um preço abaixo do valor do mercado para atravessadores. Foram implantadas dez mini-fábricas em diversas regiões do Ceará, criando, simultaneamente, dez cooperativas singulares que concentram a produção na cooperativa central, a Copacaju.

Entre tantas outras experiências interessantes no território brasileiro, o Assentamento Che Guevara nos foi indicado pela Universidade do Vale do Acaraú, parceira do CLIU. Como anualmente acontece, as instituições de ensino parceiras indicam para a visita de campo experiências em suas regiões que tenham bom desempenho e resultados interessantes para a investigação. E, assim, o mesmo foi

escolhido para ser nosso campo de pesquisa. O assentamento Che Guevara é conhecido regionalmente por ser um exemplo de sucesso, devido a sua estrutura interna e pela produção estável de sua mini-fábrica, resultando na melhora socioeconômica daquele contexto. Após a escolha, iniciou-se um processo de “preparação para o campo” que nos permitiu conhecer um pouco mais sobre essa experiência através de publicações e notícias que ratificaram a relevância e o sucesso do assentamento na região, sobretudo no contexto do semiárido nordestino.

O Projeto e seus desdobramentos estimulam a reflexão sobre várias questões importantes para o contexto do semiárido nordestino, como a inclusão econômica e social, a luta pela terra, a adaptação à seca, as relações de gênero e a situação da juventude rural. Buscaremos, portanto, expor tais questões e analisar conforme o que vimos no campo, sobretudo no Assentamento Che Guevara, relatando também a organização interna deste assentamento e de sua cooperativa, bem como o arranjo em que ele se inclui para a comercialização de sua produção.

No campo, nos encontramos com diversos atores, tanto da sociedade civil quanto de vários órgãos estatais em âmbito federal e municipal, sendo eles: Embrapa, Fundação Banco do Brasil, Prefeitura de Ocara, Copacaju, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de representantes e moradores dos assentamentos, Che Guevara e Assentamento Zé Lourenço. Este último é localizado no município de Chorozinho, próximo a Ocara, e também possui uma mini-fábrica implantada pelo mesmo Projeto. Sua realidade é permeada de importantes diferenças em relação ao nosso foco principal de estudo, o Assentamento Che Guevara. A visita nesse assentamento foi facultada pelos contatos feitos em campo e a sua descrição auxiliará nas análises empreendidas ao final deste relatório.

Nosso primeiro contato em campo foi com a Embrapa, por meio da equipe de técnicos que trabalham (ou trabalhavam) com as localidades escolhidas pelo Projeto, principalmente o assentamento Che Guevara. Tal equipe auxiliou nossa entrada no assentamento, levando-nos no primeiro dia para conhecer a mini-fábrica e conversar com os assentados. Além disso, nos ajudaram com o mapeamento dos atores e com as informações necessárias para entender, num primeiro momento, o contexto no qual o assentamento se insere.

A metodologia da pesquisa de campo teve como grande influência a publicação “Pesquisador Conversador no Cotidiano”, do professor Peter Spink. Nesse modelo, seguimos a ideia de que o pesquisador deve ser apenas mais um entre as

pessoas da comunidade (o micro-lugar), e o mesmo tem como sua grande “fonte” as interações sociais, tornando a conversa espontânea e a atenção ao espaço como elementos essenciais para a pesquisa (SPINK, 2008).

O documento está composto em sete tópicos: (1) O Estado do Ceará e a importância do cultivo do caju para a região; (2) Contexto social e econômico dos pequenos agricultores no Ceará; (3) O Projeto de Mini-Fábricas de Beneficiamento de Castanha de Caju; (4) O caso do Assentamento Che Guevara; (5) Assentamento Zé Lourenço; (6) Análise e Desafios; e, por fim, (7) Conclusão.

1. O estado do Ceará e a importância do cultivo do caju

O estado do Ceará está localizado na região nordeste do Brasil e possui três tipos de biomas predominantes, o cerrado, a caatinga e o litoral, todos com características bem específicas, sendo que a maior parte do território cearense está dividida entre cerrado e caatinga, em que ocorre grande escassez de água. Por conta disso, grande parte do Ceará depende das escassas chuvas ou poços de grande profundidade para a sua produção agrícola, inviabilizando o plantio de plantas que necessitam de irrigação constante. O cajueiro assume grande importância para região, pois o mesmo possui um bom rendimento de produção em locais com pouca água disponível, e o seu fruto é a castanha, enquanto o caju é *pseudofruto*.

A região nordeste possui uma área plantada de caju superior a 650 mil hectares, responsável por mais de 95% da produção nacional, sendo os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia os principais produtores. O agronegócio do caju no mundo movimenta cerca de 2,4 bilhões de dólares por ano, segundo dados retirados do site da Embrapa. O Ceará é um dos maiores produtores de caju do mundo, conforme dados do IBGE de 2008, tendo uma produção de cerca de 120mil toneladas neste ano, abastecendo grande parte do mercado mundial.

Entretanto, este cenário de destaque na produção mundial do caju se realiza num contexto de intensa luta pela terra e exclusão social. Os pequenos agricultores, sejam eles assentados ou não, estão em grande maioria excluídos socialmente neste cenário, e, mesmo assim, representam a base da cajucultura, como apresentado pela citação abaixo:

O Brasil é um dos maiores produtores do mundo de caju e a maioria esmagadora de sua produção, mais de 90%, está assentada em estados com grande concentração de renda, de miserabilidade e exclusão social no campo. Os pomares estão em

grande parte nas mãos de milhares de pequenos produtores rurais da agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária (Fundação Banco do Brasil e Unitrabalho, 2010, p. 181)

2. Contexto social e econômico dos pequenos agricultores no Ceará

O histórico da posse de terras no Brasil é marcado pela intensa concentração de áreas sob o domínio de um pequeno grupo de pessoas. Neste cenário, encontramos hoje uma grande parcela marginalizada na sociedade brasileira, em paralelo com a grande parcela de terras que possuem proprietário, mas que não cumprem a sua função social. Em resposta a essa situação, movimentos sociais surgiram, sobretudo na segunda metade do século 20, com o intuito de reivindicar direitos e combater a exploração social.

A partir de tal contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que teve sua origem na década de 80 e se propagou rapidamente pelo território brasileiro. No nordeste, especificamente no Ceará, houve a Marcha Popular do Brasil, organizada pelo MST, em que militantes do movimento iam até as comunidades cearenses difundir seus ideias, convocando aqueles que se sentiam insatisfeitos para exercer seus direitos e participassem da ocupação das terras que não cumpriam sua função social.

Atualmente, de acordo com dados da Superintendência do INCRA no Ceará, o estado conta com 452 assentamentos, abrangendo cerca de 22 mil famílias.

Os assentamentos visitados, Che Guevara e Zé Lourenço, são assentamentos que surgiram através da luta pela terra com o apoio e mediação do MST e têm como uma importante fonte de renda a produção do caju, incluindo estes como atores que estão na base da cajucultura.

3. O Projeto de Mini-Fábricas de Beneficiamento de Castanha de Caju

Um dos principais problemas que os pequenos agricultores e os assentados sofrem hoje no Brasil é a questão do atravessador. Este ator costuma ser uma pessoa conhecida na região e que compra a baixo preço a produção os frutos dos pequenos agricultores para vender para as grandes indústrias. Ou seja, o atravessador concentra a produção de castanha de caju e repassa, obtendo seu lucro da diferença de preço da compra e da venda, sem que tenha nenhum envolvimento com a produção, por um lado, ou com o beneficiamento, por outro. Essa relação exploradora entre o assentado e o atravessador é caracterizada por intensa dependência, já que o último compra os produtos e paga à vista, o que é atrativo para o pequeno agricultor que muitas vezes

precisa de dinheiro “rápido” para sua sobrevivência. Em nossas visitas, muitas vezes o atravessador era citado como um “mal necessário” porque a relação tem caráter paradoxal. Por um lado é interessante porque o pagamento é imediato. Mas, por outro lado, não é, porque a remuneração é abaixo do preço de mercado.

É nesse contexto de exploração do atravessador e da precariedade técnica no cultivo de caju que o Projeto de Mini-Fábrica de Beneficiamento de Castanha de Caju começou a ser desenhado. A ideia de tal projeto teve como “embrião” a tecnologia desenvolvida pelo Campo Experimental de Pacajus da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), empresa estatal de pesquisa e inovação tecnológica na agropecuária tropical que tem como objetivo desenvolver, em conjunto com os parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, modelos para a agricultura e pecuária de acordo com as regiões brasileiras. No caso do Ceará, ela é voltada para o beneficiamento da castanha de caju por meio de equipamentos de pequeno porte, se diferenciando da linha industrial existente até então. Vale ressaltar que, em sua gênese, não estava contemplado claramente o aspecto social, caracterizado pelo combate à pobreza e promoção do desenvolvimento local, que essa tecnologia ganhou ao longo do desenvolvimento do Projeto. Tal caráter social foi assumido quando a Embrapa apresentou a tecnologia desenvolvida para o Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, em 2001, e ganhou o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

Após a premiação, o Projeto de Mini-fábrica de Beneficiamento da Castanha de Caju começou a ser implementado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com o intuito de disseminar essa tecnologia para cooperativas e associações comunitárias. Além da transferência de recursos técnicos, o projeto também tinha como objetivo minimizar ou até mesmo extinguir a ação do atravessador, estabelecendo um novo processo em que cada uma das mini-fábricas assumiriam a maior parte do processamento da castanha, repassando o produto beneficiado diretamente para uma cooperativa central que, depois de finalizar o beneficiamento do produto e empacotar, teria capacidade de efetuar vendas em grandes quantidades, se estabelecendo como um grande fornecedor na região. O produto beneficiado tem valor agregado e, logo, permite que o produtor receba mais. O contraponto incide sobre o fato do pagamento ser efetuado posteriormente. É interessante notar que, esse arranjo foi planejado sem a participação das cooperativas, sem que para eles próprios, a figura do atravessador fosse reconhecida como um problema relatado e questionado.

Em 2004 teve início a implantação das dez mini-fábricas no Estado do Ceará, nos municípios: Pacajus, Ocara, Chorozinho, Tururu, Barreira, Aquiraz, Icapuí, Granja e Aracati. Os critérios de escolha dos assentamentos ou associações foram: (i) a cajucultura como principal produção; (ii) a boa organização interna; e, (iii) a ausência de dívida para com os órgãos do estado (Banco do Brasil e Banco do Nordeste). A Embrapa foi a responsável pelo desenvolvimento da tecnologia e construção das Mini-fábricas, disponibilização da tecnologia já desenvolvida e capacitação dos trabalhadores e a Fundação Banco do Brasil, responsável pelo financiamento do projeto. Paralelamente a isso, existia a necessidade de criar dez cooperativas “singulares”, cada uma responsável pela produção e venda da mini-fábrica, como a Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara (COPAC), em Ocara, e a Cooperativa Agroindustrial Aroeira Vilany (COPAV), em Aracati. Dessa forma, outros parceiros foram incorporados ao processo. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE), teve como função capacitar os beneficiados na organização interna, visando seu empoderamento na gestão do arranjo recém-criado, e a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão da Universidade Federal do Ceará (ICPAC-UFC) auxiliou na criação e consolidação das cooperativas.

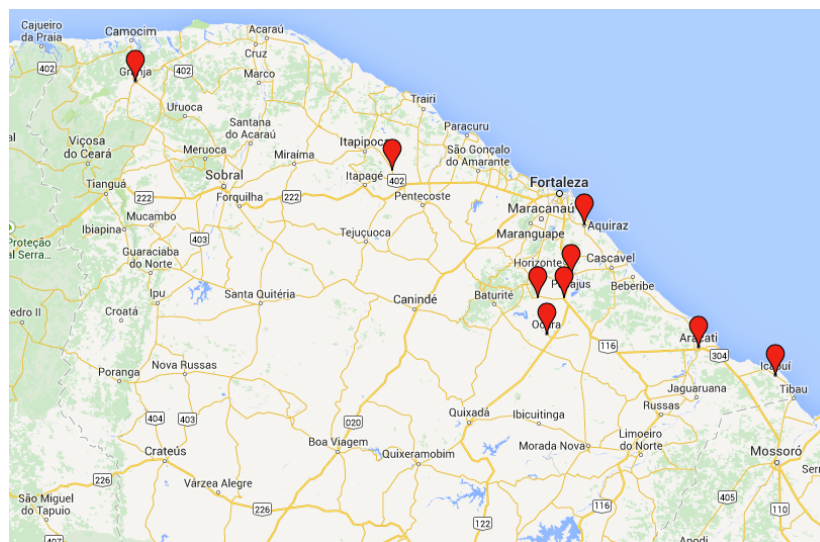


Figura - Mapa dos municípios participantes do Projeto de Mini-Fábricas de beneficiamento de castanha de caju

A primeira fase do projeto, anterior à construção da mini-fábrica, foi a reposição dos cajueiros, sendo que na maioria das regiões havia a predominância de cajueiros gigantes com baixo rendimento de frutos. A Embrapa foi a responsável por realizar a substituição dos cajueiros gigantes por cajueiros anão-precoces, que demandam menos tempo de maturação (entre o plantio e a primeira produção) e frutos

em maior quantidade e de melhor qualidade. O manejo também é mais simples, uma vez que o porte da árvore é, no máximo, médio.

Na mini-fábrica, o processo de beneficiamento das castanhas de caju se constitui em onze etapas, são elas: (i) secagem; (ii) limpeza; (iii) classificação por tamanho; (iv) pesagem; (v) cozimento; (vi) resfriamento após o cozimento; (vii) corte da castanha; (viii) estufagem da amêndoa; (ix) resfriamento após a estufagem; (x) despeliculagem; (xi) e, por fim, seleção e classificação das amêndoas.

3.1 A Copacaju

A Central de Cooperativas Copacaju é uma cooperativa cujos cooperados são as dez cooperativas singulares distribuídas em diversos municípios cearenses formadas pelo Projeto. Criada no mesmo momento em que as demais, tem como finalidade concentrar a produção das mini-fábricas, finalizar o processo de beneficiamento (no caso, a fritura da castanha), embalar e vender para o mercado regional e nacional.

Depois da venda feita pela Copacaju, esta repassa o valor recebido para as cooperativas singulares, sendo 7% do ganho total retido para a manutenção da Central que, por sua vez, efetua o pagamento da matéria prima e da mão de obra. A Copacaju possui uma presidência, representada por Cleoneide de Lima, as diretorias de financeiro e de produção, e uma gerência comercial, assumida por Teresa D'Avila, ex-funcionária da Fundação Banco do Brasil. Teresa assumiu a função de gerente comercial com o intuito de auxiliar na gestão da Central para as vendas da castanha, e se enxerga como uma pessoa “mais técnica que busca ensinar as tarefas de administração para os outros cooperados”, sendo que esses são assentados de localidades escolhidas pelo Projeto com baixo nível de escolaridade.

A Copacaju está em processo de certificação orgânica do comércio justo. A certificação orgânica é fornecida para a produção de alimentos desenvolvida sem a utilização de agrotóxicos, seguindo um padrão de regras e restrições internacionais. É uma certificação importante no aspecto comercial pois, agrega valores ao produto e também favorece a entrada da Copacaju no mercado internacional que tem demandado de forma crescente produtos sem agrotóxicos. A finalidade última é a busca de alternativas de remuneração mais justas para os cooperados, e tem sido o foco principal da cooperativa em conjunto com a ONG italiana Cooperativa Chico Mendes. Com o apoio da ONG e de posse da certificação, a Copacaju teria acesso ao mercado europeu iniciando pelo mercado italiano.

4. O caso do Assentamento Che Guevara

Em março de 1998, no município de Chorozinho, em um acampamento do Movimento dos Sem Terras (MST), um grupo de famílias associadas ao movimento lutava pela ocupação de uma fazenda. Enquanto isso, havia uma propriedade localizada no distrito rural de Serragem, no município de Ocara, em que o proprietário já possuía o interesse em vender para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os futuros assentados em reunião com os órgãos envolvidos na questão agrária no Estado, tiveram acesso à essa informação e formalizaram a ocupação desta propriedade que viria a se tornar o assentamento Che Guevara.

No início de 1999, se deu a ocupação da fazenda pelas famílias durante a noite. Os moradores da vila ao lado da fazenda desapropriada não sabiam que haveria tal ocupação, e se “assustaram” quando viram um ônibus e três caminhões com móveis chegando na fazenda. O grupo de famílias chegou na área trazendo seus pertences e adentraram na fazenda realizando a apropriação de forma pacífica e organizada. A fazenda não dispunha de estrutura para acolher os assentados, sendo assim erguidas moradias de lona, e a casa principal da fazenda passou a ser utilizada como refeitório e local de armazenagem de alimentos. Desde essa época, o senso coletivo era muito forte entre essas pessoas, sendo que tal sentimento foi um aspecto essencial para garantir a consolidação e a organização do assentamento.

Durante esse período inicial, as famílias tiveram o apoio do MST e do INCRA de forma a auxiliar a integração da terra, a organização do assentamento, a plantação e colheita do caju e a criação de uma associação. O conhecimento do MST a respeito da organização interna de comunidades foi implantado no assentamento. Foi criada a Associação Che Guevara composta por todos os moradores dos assentamento, com exceção dos “agregados” (Normalmente, são parentes do assentado, que constroem uma casa próxima à do assentado mas, não tem direito à terra). Foi redigido o regimento interno do assentamento, colocando claramente os deveres e direitos dos assentados, dentre eles o estabelecimento de assembleias de voto aberto para a tomada de decisões sobre assuntos como plantio, colheita e resoluções problemas internos. Restrições também foram postas nesse regimento interno, como a proibição da comercialização de bebidas alcóolicas dentro do assentamento.

O processo de construção das casas durou cerca de dois anos, e ocorreu a partir da obtenção de crédito junto ao INCRA (Crédito Instalação) para financiar a matéria-prima, sobretudo. A compra de material foi coletiva, e os assentados se

dividiram em dez grupos para realizar a construção. O modelo das casas não seguiu o padrão determinado pelo INCRA, e provavelmente essa escolha se deu pelo fato dos próprios moradores quererem morar mais próximos uns aos outros, enquanto o modelo do Instituto determina uma distância mínima entre as residências, afirmando o forte sentimento de coletivo que existia. A distribuição das casas ao longo do terreno se deu por meio de sorteio, e a energia elétrica foi instalada pelo INCRA três meses após o término das construções. Foi a partir da construção conjunta e coletiva das casas que o Assentamento Che Guevara começou a se destacar entre os outros.

Em 2001, as famílias do assentamento tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo que este possui o intuito de fornecer crédito para o financiamento de atividades produtivas, agropecuárias ou não. O recurso obtido pela família era dividido em metade para gastos particulares e metade era destinado à Associação, para gastos gerais e investimentos no assentamento (como a compra de trator).

Com 45 famílias, o assentamento possui 1.448 hectares e dois açudes, e conta, desde sua consolidação, com o roçado de caju coletivo, dividido em áreas iguais para cada família, junto com uma área conjunta para a criação de animais. As áreas produtivas não são cercadas em lotes individuais e as famílias sabem quais são seus próprios cajueiros ou animais. Nas terras destinadas a plantação de caju, ocorre o processo chamado de “consórcio”, em que outras culturas são associadas ao cultivo do cajueiro, como o feijão, sendo que cada grupo é responsável por sua área desde o plantio, trato, colheita e transporte da safra. Antes da ocupação, já havia cerca de cinco mil cajueiros gigantes no território que hoje pertencem à associação dos moradores do assentamento. A produção, no entanto, não era muito efetiva, pois, os cajueiros tinham idade avançada e os assentados possuíam um conhecimento técnico restrito sobre o cultivo do caju, principalmente na poda da árvore. Na época do inverno não tinha safra, e, assim, as famílias só conseguiam sobreviver por causa do Bolsa Família.

O Assentamento Che Guevara fora um dos escolhidos para ter a Mini-fábrica construída em seu território. Numa entrevista feita com Francisco Fábio Paiva, pesquisador da Embrapa e coordenador do projeto, este nos mostrou os motivos da escolha do Assentamento para receber a proposta da construção da mini-fábrica: o alto grau de organização dos assentados, a cajucultura já predominante e a ausência

de dívida das famílias para com o governo (principalmente, Banco do Brasil e Banco do Nordeste).

4.1 A implementação da Mini-Fábrica: desafios e consolidação.

Em 2004, a Embrapa apresentou o Projeto para os moradores do Assentamento Che Guevara. Um dos moradores, lembrando esse momento, nos disse: “a apresentação trouxe uma imagem muito boa, que não falava dos obstáculos, como custo de produção”. Havia na Associação aqueles que eram a favor da implementação na mini-fábrica, mas também os que não eram favoráveis, e que argumentavam que o estágio em que o assentamento estava já era satisfatório e que havia outras prioridades. Entre os não-favoráveis, estava a Presidente da Associação, à época, Lucimar Dias, sendo que esta saiu de seu cargo um pouco depois da implementação do Projeto. Porém, mesmo com as divergências, a Associação Che Guevara aprovou o ingresso do assentamento no Projeto, e assim, começou, no final do ano de 2004, a construção da Mini-fábrica de Beneficiamento de Castanha de Caju do Assentamento Che Guevara.

Seguindo o fluxo do projeto, a primeira fase executada no assentamento foi a melhora no campo, ou seja, na produção do caju. Além disso, a Embrapa forneceu cursos de capacitação para o manejo das árvores, como poda e adubação dos cajueiros. O processo de melhoria foi lento, sobretudo, pela falta de financiamento e pelo tempo de maturação dos novos cajueiros (seis meses para a primeira safra, chegando a ser economicamente viável após 3 anos).

A construção da fábrica demorou cerca de dois anos, ficando pronta em 2007. Nessa época, foi criada a Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara (COPAC), organização necessária para viabilizar a comercialização das castanhas por meio da mini-fábrica já que, juridicamente, associações não podem ter fins lucrativos. O Sebrae foi responsável por fazer a capacitação dos associados na administração interna da cooperativa. Importante comentar que todos os associados das cooperativas são membros de famílias assentadas, porém, existem famílias que não tem nem um membro associado à cooperativa. O primeiro ano para a COPAC e para seus associados foi marcado pelas diversas dificuldades, como a compra das castanhas, a adequação da venda, a conquista de um espaço no mercado. Nos primeiros três meses de funcionamento da mini-fábrica, os associados trabalharam sem nenhum retorno financeiro, e só trabalhava “quem acreditava mesmo”. Ou seja, nesse primeiro ano, o Projeto no assentamento sofreu com a descrença e o desânimo por causa das

dificuldades do mercado que não impactavam na renda das famílias. Menos da metade dos assentados tinham interesse na mini-fábrica nessa época.

Além disso, o Projeto estava desacreditado pela comunidade também pela intensa intervenção dos parceiros (Embrapa, FBB, Sebrae) e conflitos entre eles, resultando no desafio da aproximação dos beneficiados para com essas organizações. O Sebrae, por exemplo, foi criticado por sua capacitação intensa e inadequada aos assentados, que ia aquém das necessidades técnicas destes.

Como intuito maior da cooperativa era aumentar a renda para o produtor da castanha de caju, era necessário combater a exploração do atravessador, cuja relação com os assentados já foi explicitada neste relatório. Essa relação paradoxal representa um dos principais desafios da Cooperativa: a instável “fidelidade” do assentado com a mini-fábrica, já que a necessidade de dinheiro imediato o faz, muitas vezes, vender para o atravessador. Para combater tal problema, Raimundo Soares, o primeiro coordenador da COPAC, estimulou o aumento de associados na cooperativa, reforçando também a credibilidade do Projeto e da mini-fábrica. Tornando o assentado-produto associado da COPAC, garante-se mais fidelidade deste em repassar as castanhas para a cooperativa, já que o mesmo participará da divisão do valor coletivo acumulado no final de cada ano na cooperativa.

Essa estratégia surtiu efeitos e, apesar dos desafios, a COPAC foi se estabilizando e se profissionalizando, correspondendo à demanda e aos critérios estabelecidos pelo mercado. Essa profissionalização ocorre em paralelo com a organização e também profissionalização da Copacaju, lembrando que é esta a cooperativa responsável pela venda das castanhas da COPAC para os compradores. A COPAC permitiu a criação de novos cargos de trabalho no assentamento, principalmente para mulheres e jovens, que antes não possuíam uma fonte de renda no assentamento. Eles são responsáveis por todas as etapas de beneficiamento que são executadas no assentamento. Os homens adultos continuam no plantio/produção de caju, recebendo uma quantia maior pelas castanhas do que o valor oferecido pelo atravessador.

Após o primeiro ano de dificuldades e com a estabilização da mini-fábrica, foi possível perceber a melhora de vida dos envolvidos neste processo, sobretudo no aspecto econômico. Mesmo o ganho mensal não sendo numericamente alto, tratava-se de um valor extremamente relevante para aqueles que o passaram a recebê-lo.

Leobilene, associada à COPAC e secretária da cooperativa, nos relatou que sentiu uma diferença financeira e que para ela foi “uma benção”.

Atualmente, existem 62 pessoas associadas à COPAC, sendo eles assentados ou agregados, e a mini-fábrica do Assentamento Che Guevara se tornou referência na região pela organização e produtividade. O processo de beneficiamento da castanha inclui doze etapas, desde a secagem da castanha até a seleção e classificação da amêndoa.

Um dos aspectos interessantes da Cooperativa é a divisão do trabalho que predomina na dinâmica da mini-fábrica e no seu entorno: enquanto os homens adultos atuam no roçado, plantando e cultivando os cajueiros, as mulheres e os jovens trabalham na COPAC, com o beneficiamento. Esse fato remete a duas questões relevantes para o contexto do Assentamento Che Guevara, as relações de gênero e a juventude rural.

Importante mencionar que, além da boa organização interna e da consolidação no mercado, um dos fatores que também permitiram o avanço e fortalecimento da COPAC e do próprio assentamento é o bom relacionamento deste com a Prefeitura de Ocara. Inicialmente, o assentamento passou por problemas para conseguir o apoio municipal, seja pelo desinteresse da prefeitura de Ocara na época, pela falta de uma proximidade e por divergências políticas uma vez que o prefeito fazia parte do PSDB e os assentados em grande parte militantes do PT. Com a entrada do Partido dos Trabalhadores na administração da prefeitura, o assentamento passou conseguir mais recursos para projetos, conforme constatado em conversa com o atual secretário de obras da prefeitura de Ocara, Sr. Dimas. Raimundo Silva é funcionário da Prefeitura e tem um primo vereador, exemplificando a proximidade do assentamento para com o órgão municipal.

4.2 As relações de gênero

Como apresentado no tópico anterior, o beneficiamento das castanhas na mini-fábrica trouxe, como uma das consequências a divisão de trabalho, criando postos de trabalho que permitiram a alocação das mulheres e dos jovens moradores do assentamento na realização das atividades de beneficiamento da castanha de caju, enquanto o cultivo permanece como uma tarefa realizada, prioritariamente, pelos homens adultos. Tal divisão vem da ideia geral de que o trabalho da mini-fábrica é mais acessível à esse perfil dos assentados, visto que apesar de algumas etapas do beneficiamento serem “pesadas”, demandando mais força física, são mais adaptadas

aos jovens e às mulheres do que o trabalho diário na roça. Por exemplo, no caso das mulheres, o trabalho na COPAC permite a conciliação com suas rotinas domésticas, não necessitando que elas abram mão do cuidado com a casa e os filhos.

Antes da construção da mini-fábrica, as mulheres não tinham opção de emprego e, agora, muitas delas são cooperadas e ganham sua própria renda mensal, resultando no empoderamento das mesmas, enfraquecendo a dependência financeira em relação à figura masculina. Isso resultou na maior participação geral das mulheres nas assembleias, junto com mudanças nas relações entre os gêneros dentro do assentamento. Leobilene afirma: “Mudou a visão do homem sobre a mulher, agora só um ou dois ainda têm a ideia de que a mulher tem que ficar no pé do fogão (sic)”.

4.3 A juventude no assentamento Che Guevara

Em relação à juventude, boa parte dos cooperados são jovens entre 16 a 20 anos, filhos dos assentados. Muitos deles enxergam a cooperativa como uma alternativa viável para o trabalho no campo. Atualmente, a juventude rural tem sido cada vez mais enfraquecida por causa da imagem negativa que o campo representa para os jovens. Esse fato resulta no enfraquecimento da agricultura familiar, já que se torna limitada a parcela de pessoas que vão prosseguir com esse modelo de produção, pois grande parte dos “futuros trabalhadores” não se sentem atraídos pela vida rural e vão para as grandes cidades. Existe, portanto, uma grande preocupação em relação ao êxodo dos jovens no campo, sendo essa consequência fortalecida pela falta de estrutura que o ambiente rural apresenta para garantir a juventude (como, por exemplo, a falta de opções de entretenimento e trabalho).

No assentamento Che Guevara, a problemática da juventude rural também é enxergada e discutida pelos líderes. A existência da COPAC, no entanto, diferencia a questão da juventude do assentamento em relação aos outros contextos rurais, pois a mini-fábrica estimula a permanência dos jovens na região. A maioria destes preferem ficar por causa do trabalho que exercem, do conforto em que vivem e da proximidade com os pais. Escutamos muito relatos de alguns jovens cooperados que foram para Fortaleza, mas logo se desiludiram com a rotina turbulenta da cidade, e em pouco tempo retornaram ao assentamento.

A mini-fábrica, porém, não elimina a preocupação dos assentados mais velhos em relação ao prosseguimento do cultivo do caju, já que tais jovens ficam limitados aos conhecimentos e práticas do beneficiamento da castanha. Ou seja, existe uma fraca “transferência do saber da roça”, enfraquecendo a continuidade da agricultura

familiar, mesmo que os jovens continuem morando no assentamento. Vale ressaltar que, na mini-fábrica, o jovem tem um “perfil”: casado, com ensino médio e pouco interesse pelo trabalho na roça.

Em síntese, a questão da juventude no contexto do assentamento Che Guevara é peculiar em relação a milhares de realidades rurais, devido a existência da mini-fábrica que estimula a permanência do jovem no assentamento. Entretanto, é de extrema relevância mencionar que a juventude que permanece é aquela que não se sente atraída pela atividade campesina, mas sim pelo trabalho na mini-fábrica.

4.4 Os atuais desafios do assentamento

A problemática da juventude rural no assentamento Che Guevara, vista no tópico anterior, tem como consequência um dos principais desafios encontrados no assentamento: a ausência de lideranças internas jovens. A Associação Che Guevara não possui um presidente no momento, e não há jovens protagonistas que queiram assumir os cargos da direção tanto do assentamento, quanto da cooperativa.

No assentamento pode ser observada uma precariedade nas estruturas para estimularem os jovens, por exemplo, não há uma parte do roçado para que eles tenham seu próprio projeto de cultivo de caju. Ou seja, os jovens não possuem liberdade, estímulo e espaço para desenvolverem seus projetos agrícolas independentes da produção dos seus familiares. Esse desafio se relaciona com a questão da sustentabilidade do assentamento, tanto na esfera organizacional (com as futuras lideranças), quanto na esfera da produção e cultivo do roçado.

Outro desafio vivenciado no assentamento Che Guevara é o conjunto de consequências da seca, sendo que essa tem se acentuado nos últimos três anos. Devido a escassez da chuva, o cultivo de caju tem sido prejudicado, resultando na queda de produção. Por causa disso, a mini-fábrica, que tem capacidade para beneficiar seis mil quilos de amêndoas por mês, beneficia apenas dois mil quilos mensais. “A mini-fábrica é uma ‘Ferrari’ obrigada a andar a 40km/h”, disse Raimundo da Silva, ex-presidente da COPAC. Apesar de tais dificuldades, o problema da seca já tem o caráter “histórico” e “previsível” no semiárido nordestino, e, dessa forma, os assentados estão buscando alternativas econômicas adaptadas a essa dificuldade tão característica da região. Tais alternativas serão explicitadas no sub-tópico a seguir.

Em relação aos outros assentamentos que tiveram mini-fábricas construídas, o Che Guevara se diferencia pelo fato de a COPAC não parar sua produção, mesmo em

períodos de escassas chuvas. Existe, na COPAC, uma consciência muito forte entre os associados de que a mini-fábrica não pode parar, pois, caso isso ocorra, a consequência será o desgaste da mesma. Em épocas de seca, a COPAC precisa, para continuar ativa, comprar castanhas de terceiros, já que as de seus associados não são suficientes para atender a demanda do mercado. Para fazer tal compra, é necessário o “capital de giro”, destinado a garantir matéria-prima (castanha) para a unidade produtiva. Entretanto, a arrecadação do capital de giro é trabalhosa, e hoje se enquadra como um dos principais desafios da COPAC, pois necessita da compra para o funcionamento estável de sua mini-fábrica.

4.5. Projetos atuais e futuros do assentamento

Apesar dos desafios encontrados no cotidiano do assentamento Che Guevara, este se destaca, sobretudo, pela organização interna do assentamento e da produção “estável” da COPAC, mesmo em período de secas. Importante ressaltar que o assentamento assume uma postura de grande relevância na região em que está inserida (município de Ocara), além de ser responsável por grande parte da produção vendida pela Copacaju.

Sendo assim, o assentamento busca ampliar sua capacidade produtiva, seja na estrutura ou nas vendas, para aumentar os ganhos econômicos e sociais dos assentados. São três projetos principais que buscam tal melhoria: (i) Projeto Terra Sol, que tem como objetivo a ampliação da mini-fábrica, com a compra da câmara fria e da máquina automatiza para o corte da castanha; (ii) Compras públicas, via o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), em que quarenta e duas toneladas de polpa de caju serão vendidas para a Prefeitura; (iii) e, por fim, o projeto de certificação do mercado justo feito para os assentados que permitirá a venda das amêndoas para a cooperativa italiana Chico Mendes, via Copacaju.

Além desses, existe um projeto “contínuo” no assentamento focalizado na diversificação da produção agrícola, enfraquecendo a dependência que os assentados possuem em relação a cajucultura. Uma das “apostas” atuais do assentamento é a apicultura (criação de abelhas).

5. Assentamento Zé Lourenço

Ao longo da pesquisa de campo, sentimos a necessidade de conhecer outra experiência do Projeto de Mini-Fábricas para ampliarmos nossa visão sobre o projeto, e também permitir uma melhor observação do assentamento Che Guevara, de forma a

visualizar as peculiaridades deste. E, assim, visitamos o assentamento Zé Lourenço, localizado no município de Chorozinho.

O assentamento inicia sua história em 1994, com a ocupação da terra por quarenta e oito famílias, sendo que na mesma área se consolidou legalmente em 1996, com o apoio do Incra. Atualmente, são setenta e duas famílias assentadas e 800 hectares de áreas de plantio de caju, além de uma escola de ensino fundamental e uma “ilha digital” (Telecentro) dentro do próprio assentamento. As áreas de plantio, diferentemente do que acontece no assentamento Che Guevara, são divididas em lotes para cada uma das setenta e duas famílias. O assentamento Zé Lourenço tem a dificuldade de acesso à água, sendo que no assentamento não há nenhum açude e os poços precisam ser bastantes profundos para captar água potável.

A organização interna dos assentados baseia-se nas duas associações: Zé Lourenço, fundada em 1996 e com trinta famílias ultimamente, e a Construtora da Paz, fundada em 1997 e com quarenta e duas famílias. O fato de ter duas associações diferencia a realidade do Zé Lourenço com a do Che Guevara, sendo que o primeiro precisou criar a segunda associação devido a divergências ideológicas internas. No momento da “divisão”, as divergências eram radicais, e assentados não se falavam. A Construtora da Paz acreditava que o estágio socioeconômico em que eles estavam já era satisfatório e, portanto, deviam permanecer assim. Por outro lado, a Zé Lourenço buscava a expansão econômica do assentamento, com a melhora da vida econômica dos assentados. O coletivo, que é visto como essencial no assentamento Che Guevara, é de certa forma problemático no Zé Lourenço. E, assim, o fato de haver duas associações de certo modo continua enfraquecendo o coletivo, já que as famílias continuam, mesmo que não tão radical como antes, vivendo uma divergência ideológica.

Sendo assim, as discussões são feitas separadamente nas associações, e as diretorias destas se encontram para finalizar a decisão. Tais reuniões são feitas de acordo com a demanda.

Apesar de terem um bom relacionamento, uma das grandes dificuldades do Zé Lourenço é a falta de apoio da Prefeitura de Chorozinho, pois o retorno por parte de políticas públicas ou projetos voltados para o assentamento é nulo, mesmo com a pressão por parte dos assentados. Outra grande dificuldade, também observada no Che Guevara, é a permanência do jovem nas atividades agrícolas. A diferença do Zé Lourenço é que tal dificuldade é intensificada pelo fato do assentamento estar

próximo da área urbana, aumentando o êxodo dos jovens ou fazendo com que estes continuem morando como assentados, mas trabalhando no comércio ou nas empresas do centro de Chorozinho. Além disso, a produção de caju do assentamento Zé Lourenço provém, em grande parte, de cajueiros gigantes, resultando numa produção extremamente limitada.

5.1 A Mini-Fábrica de Beneficiamento da Castanha de Caju

O assentamento Zé Lourenço foi um dos escolhidos pelo Projeto de Mini-fábricas de Beneficiamento de Castanha de caju, e em 2004 iniciou o processo de construção da mini-fábrica. De acordo com Antônio (também conhecido como “Brasil”), assentado do Zé Lourenço e diretor da associação de mesmo nome, a Fundação Banco do Brasil financiou os maquinários de apenas quatro das dez cooperativas do Projeto. O Zé Lourenço não fora um dos beneficiados, e teve que pagar pela estrutura de produção da mini-fábrica, comprando equipamentos precários, “usados” e de menor qualidade. Com o passar dos anos, o maquinário diminuiu seus níveis de produção em decorrência do desgaste pelo uso. Devido a problemas com a produção e a estiagem na região, atualmente a mini-fábrica está desativada por falta de matéria-prima, gerando uma diminuição da necessidade da mão de obra dentro do assentamento, intensificando o êxodo dos jovens.

Ao conhecermos o assentamento Zé Lourenço e a sua mini-fábrica, percebemos as peculiaridades do Che Guevara e da COPAC em relação ao seu entorno. A organização interna, a produção de caju e a própria relação com o Projeto são questões importantes que diferenciam o assentamento Che Guevara, refletindo na sua realidade atual.

6. Análise e desafios.

6.1 As dificuldades da juventude no campo

Como mostrado anteriormente, o assentamento Che Guevara assume um caráter peculiar em relação à permanência dos jovens. Porém, mesmo sendo um aspecto positivo, a mini-fábrica distancia os jovens da atividade agrícola, já que estes preferem o trabalho de beneficiamento da produção de caju em relação ao roçado.

Nos deparamos então com um dos principais desafios da agricultura familiar nacional: a falta de inserção dos jovens nas atividades agrícolas, dificultando a sua própria continuidade no contexto rural. São poucos os estímulos do poder público e do contexto familiar/privado voltados para estimular o jovem em práticas da agricultura. Segundo Puntel et. al (2001), faltam políticas públicas que forneçam

suporte para a agricultura familiar e para o jovem rural, provocando o desestímulo deste “em desenvolver seu projeto de vida no campo, o que compromete a sustentabilidade geracional” (Puntel et. al, 2011, p. 07). A estrutura da educação, por exemplo, é baseada numa ideologia urbana que não repassa para os jovens estudantes “os saberes do campo”, e nem fomenta o interesse por esse assunto. E, assim, pautada nesses moldes, a escola no ambiente rural gera “estranhos no ninho”, já que o jovem se forma sem conhecer o contexto em que vive e as atividades de seus pais. Outro ponto a ser analisado é a falta de estímulo que o próprio ambiente familiar/privado produz no jovem, pois este não tem liberdade nem independência para fazer seu projeto de individual de campo. Ele é dependente e subordinado ao pai, é o que não tem terra (Puntel et. al, 2011).

No assentamento Che Guevara, os jovens permanecem no assentamento, mas por causa da COPAC, que não estimula a aproximação desses às atividades agrícolas do roçado. Portanto, nesse contexto, a falta de iniciativas também resultam no desestímulo do jovens em relação a agricultura, comprometendo a sustentabilidade do assentamento.

Felizmente, já existem em contextos regionais e no âmbito nacional medidas que buscam a integração do jovem na agricultura, mostrando que esta tem uma face “atrativa” e também moderna. Baseada no conceito de educação popular, pedagogia de alternância e influenciada pela metodologia de Paulo Freire, a Escola Família Agrícola (EFA) é um exemplo de tal medida e busca, de uma forma inovadora, ensinar aos jovens os saberes da agricultura, fazendo com que estes pratiquem tal conhecimento na terra e com seus pais. Atualmente, o assentamento Che Guevara possui dois alunos da EFA, Nájila e Ruan, e um monitor da escola, Diassis.

6.2 Sustentabilidade do Projeto de Mini-fábricas de Beneficiamento de Castanha de Caju

Dentro contexto do Projeto das mini-fábricas, temos a realidade que, das dez previstas no projeto inicial, apenas sete entraram em funcionamento. Alguns dos principais problemas enfrentados para a implantação e funcionamento das mini-fábricas foi a falta de infraestrutura, sendo que em três localidades houve o problema de falta de água e estradas para o escoamento da produção. Atualmente, apenas três mini-fábricas produzem, incluindo a COPAC.

A questão da “fidelidade” do produtor em destinar as suas castanhas para a mini-fábrica é de extrema importância para a sustentabilidade do Projeto. Em muitas

vezes, porém, o assentado necessita do dinheiro “rápido” e entra em contato com o atravessador, comprometendo os objetivos do Projeto e enfraquecendo a sustentabilidade deste, já que a mini-fábrica perde sua matéria prima e o produtor se submete à exploração do atravessador.

Em relação a Copacaju, esta tem se mantido principalmente com a produção provinda de três mini-fábricas. Numa conversa com um dos líderes do assentamento Che Guevara, este afirmou: “nós sustentamos a Copacaju”. Tal realidade é consequência e reflexo da sustentabilidade do Projeto de Mini-fábricas, pois como grande parte das mini-fábricas não estão ativas, a Copacaju se torna dependente de três delas, se diferenciando da ideia e do objetivo inicial do Projeto, que era integrar a cooperativa central entorno das dez cooperativas singulares.

7. Conclusão

O alto grau de organização interna, o senso de coletivo e a proximidade com a Copacaju (em distância e profissionalmente) são algumas das características que permitiram a continuidade da mini-fábrica no contexto do Che Guevara, sendo que essa coexiste com os desafios, contornando-os. E, assim, o envolvimento dos jovens nas atividades da cooperativa, a reorganização das relações de gênero, o aumento da produção e a venda da castanha beneficiada, e conseqüentemente o aumento da renda são resultados que impactam diretamente na melhoria da vida das pessoas, tornando o assentamento Che Guevara um exemplo de sucesso na região.

Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL e UNITRABALHO. *Os frutos sociais do caju*: 2010, p.181.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. *Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo*. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos: 2011.

SPINK, Peter K. *Pesquisador Conversador no Cotidiano*. Psicologia & Sociedade; 20, Edição Especial: 2008